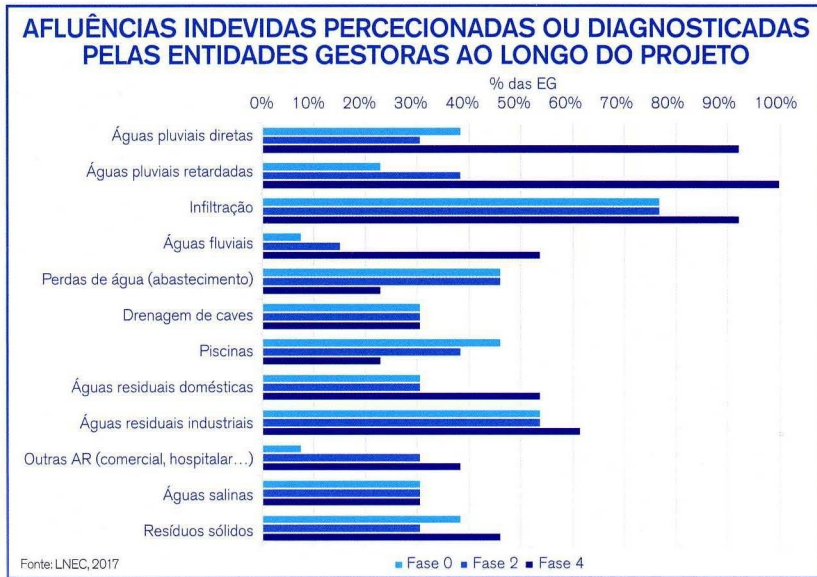


METODOLOGIA PARA GERIR AFLUÊNCIAS INDEVIDAS APLICADA EM 13 ENTIDADES GESTORAS

OS RESULTADOS FINAIS DA PRIMEIRA INICIATIVA NACIONAL PARA O CONTROLO DE AFLUÊNCIAS INDEVIDAS VÃO SER APRESENTADOS EM ABRIL.



Nos últimos 18 meses, foi desenhada e testada uma metodologia específica para a aferição de afluências indevidas em sistemas de saneamento de águas residuais. A Iniciativa Nacional para o Controlo de Afluências Indevidas, promovida pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), ficou concluída em outubro e até ao início do próximo ano as 13 entidades gestoras (EG) participantes estão a ultimar os seus planos para controlar este problema, contemplando os níveis estratégico, tático, e operacional. Os resultados serão apresentados num seminário público no próximo dia 13 de abril.

Um dos primeiros passos a dar neste projeto colaborativo foi, desde logo, afinar e uniformizar os conceitos e a terminologia usada para que todos falassem “a mesma linguagem”, explica Rita Brito, investigadora do LNEC e uma das coordenadoras da iniciativa. “Há uma necessidade efetiva de alinhar bem o que é o quê para depois se alinharem as soluções com aquilo que eventualmente são as causas de cada um dos problemas”, complementa Maria do Céu Almeida, também coordenadora do projeto colaborativo.

Apesar de ser reconhecida a importância do controlo de afluências indevidas, um problema com impacto no desempenho funcional dos sistemas, mas que também pesa na fatura de custos operacionais, a sua dimensão ainda é mal conhecida.

Este projeto colaborativo veio confirmar que existem ainda “grandes limitações” na informação disponível para abordar este problema, quer ao nível do conhecimento dos sistemas (cadastrado), quer de medições regulares de caudal, de precipitação ou de qualidade da água, entre outros. Para realizar este diagnóstico, “todas as entidades desenvolveram um sistema de avaliação específico para as afluências indevidas”, explica Maria do Céu Almeida, partindo de uma matriz que sistematiza relações entre

causas e efeitos de afluências indevidas. Isto significa que a informação passa a estar organizada de forma a poder ser feito um despiste gradual de problemas para os quais é possível, depois, recolher dados mais pormenorizados. Para testar a metodologia, foi ainda feita uma setorização espacial dos sistemas de saneamento, para recolher informação desagregada de, pelo menos, uma zona específica em cada entidade. “Para chegar a medidas concretas, convém desagregar mais a informação”, esclarece Rita Brito.

IMPACTO RELEVANTE

Do conjunto de afluências indevidas que foram consideradas, confirmou-se que todas as entidades gestoras “sofrem com excesso de afluência pluvial”, nota Rita Brito. À macro escala, é ainda possível determinar um encargo financeiro “muito expressivo” associado a estas afluências, ainda que a sobrecarga possa “variar muito de mês para mês e de ano para ano”, consoante a precipitação registada. Por outro lado, as infiltrações a partir de lençóis freáticos podem ser igualmente gravosas, porque contínuas ao longo do tempo. Estas eram as principais afluências percecionadas pelas entidades no início do projeto, e confirmadas pelo diagnóstico na fase final (ver gráfico).

A aplicação da metodologia, ao longo de ano e meio, permitiu ainda concretizar o impacto real destas e de outras afluências indevidas diagnosticadas para, a partir daí, serem identificadas e priorizadas soluções infraestruturais e não infraestruturais e planeada a sua implementação.

Em termos globais, uma das ações fundamentais para garantir uma melhor gestão deste problema passa, desde logo, por “melhorar a informação disponível”, mas também promover um diálogo mais regular entre entidades gestoras em alta e em baixa, e entre estas entidades e os municí-

pios, geralmente responsáveis pela rede de águas pluviais. “Essa fronteira tem de ser mais bem oleada”, afirma Rita Brito.

Um inquérito realizado às entidades participantes permitiu identificar os principais problemas que favorecem a ocorrência de afluências indevidas nos seus sistemas, nomeadamente a “execução deficiente de câmaras de visita, de ligações de ramais ou de coletores a coletores existentes, do assentamento de tubagens e compactação das camadas de enchimento das valas, a exatidão insuficiente no alinhamento e assentamento das tubagens e a intrusão de raízes”, segundo a apresentação da iniciativa realizada no ENEG – Encontro Nacional de Entidades Gestoras em novembro.

Quanto a constrangimentos ao desenvolvimento e implementação dos planos de controlo, as entidades sinalizaram a falta de recursos humanos (95% das EG) ou a sua deficiente capacitação (85% das EG), a falta de informação associada à medição de variáveis hidráulicas (85% das EG), e a falta de procedimentos internos para monitorização da rede (77% das EG) ou para as tarefas de operação e manutenção (77% das EG).

MUDANÇA DE CULTURA

Mas este não é um problema que se resolve num ou dois anos. Antes implica uma “mudança de cultura”, em termos organizacionais, diz Maria do Céu Almeida, que envolve as diferentes atividades de uma entidade gestora – desde o planeamento à gestão operacional –, para que estas possam desenvolver ações, de forma integrada, que contribuam para resolver ou até acautelar afluências indevidas. “Uma afluência indevida muda-se no dia-a-dia”, resume.

Os 13 participantes neste projeto colaborativo incluíram entidades gestoras em alta e em baixa, de dimensão diversa: AGERE, Águas da Região de Aveiro, Águas da Serra, Águas de Paços de Ferreira, Águas do Algarve, Águas do Centro Litoral, Águas do Porto, EPAL-LVT, Infraquinta, SIMAR Loures e Odivelas, SIMAS de Oeiras e Amadora, SMAS Almada, e SMSB Viana do Castelo.

O LNEC vai consolidar a metodologia e está a equacionar o lançamento de uma segunda iniciativa, em virtude de solicitações de entidades interessadas. “Temos tido vários pedidos”, asseguram as investigadoras.

JOANA FILIPE